

# A IMPORTÂNCIA DO COLETIVO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

The importance of the collective in the Political-Pedagogical Project  
construction of the educational institution

FERRARI, G. V.

Recebimento: 04/11/2011 - Aceite: 15/12/2011

**RESUMO:** O presente trabalho intitulado “A importância do coletivo na construção do Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar” questiona a real importância do coletivo na construção do Projeto Político Pedagógico<sup>1</sup> (PPP) Institucional. Nesse sentido, pesquisa-se a participação do coletivo na construção do PPP da Instituição, buscando, através da teoria, levantar os aspectos positivos e as dificuldades na construção coletiva deste documento. Assim realizam-se leituras e reflexões acerca da construção do PPP, para possibilitar o embasamento às produções escritas sobre o tema. Apontam-se conceitos sobre os termos: Projeto, Político e Pedagógico, analisando a interdependência entre os mesmos; salientam-se os fatores que levam gestores a optar pela elaboração do PPP sem participação; contribui-se com os aspectos que mobilizam gestores a realizar a construção coletiva do PPP da instituição, e, finalmente, destaca-se a importância da utopia na construção do documento. Desse modo, estruturou-se o estudo a partir de uma pesquisa bibliográfica em fontes com posicionamento dialógico e que apontam caminhos à construção do PPP Escolar. Parte-se do pensamento compartilhado por Veiga (2007), Gadotti (1992), Vasconcellos (2009), Padilha (2005), Libâneo (2006), Lück (2008), Foucault (1979), Bourdieu (2001), Paro (2001), Paulo Freire (1971), Imbernón (2000), entre outros. A metodologia proposta visa a atender aos objetivos traçados neste estudo, organizando-os em três (3) dimensões: conceituando o projeto político pedagógico; as relações de poder e a construção do PPP; construção coletiva do PPP: um fazer possível.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico. Poder. Participação. Utopia.

**ABSTRACT:** This work entitled “the importance of the collective in the Political-Pedagogical Project construction of the Educational Institution”, questions the real importance of the collective in the Institutional Pedagogical

Project construction. In this sense, it is searched the participation of the collective in the construction of such Project, aiming, through the theory, to raise the positive aspects and the difficulties found in the collective construction of this document. So some readings and reflections are held in order to have the background for written productions on the subject. Some concepts about the three theme, that is, Project, Political and Pedagogical are pointed, analyzing the interdependence between them. The factors that lead managers to opt as for the elaboration of the Political-Pedagogical Project without participation are highlighted. It brings some contributions regarding the aspects that mobilize managers to carry out the collective construction of the Institutional Political-Pedagogical Project and, finally, it emphasizes the importance of the utopia in the construction of the Political-Pedagogical Project. Thus, the study was structured from a literature research in dialogical positioning sources, which indicates the path to the construction of the School Political-Pedagogical Project. The thoughts shared by Veiga (2007), Gadotti (1992), Vasconcelos (2009), Padilla (2005), Lebanon (2006), Luck (2008), Foucault (1979), Bourdieu (2001), Paro (2001), Paulo Freire (1971), Imberón (2000), among others were the starting point of the work. The proposed methodology aims to meet the objectives outlined in this study, organized into three (3) dimensions: conceptualizing the political-pedagogical project; the relations of power and the construction of political-pedagogical project; the collective construction of the political-pedagogical project: a possible making.

**Keywords:** Political-Pedagogical Project. Power. Participation. Utopia.

## Introdução

Construir o PPP de uma instituição escolar é uma atividade complexa. Para se definir rumos políticos e pedagógicos, exige-se clareza diante dos objetivos almejados. Como determinar metas sem conhecer o real significado dos termos: PROJETO, POLÍTICO e PEDAGÓGICO? Eis uma indagação que pode ser vista com atenção. O diálogo acerca dos significados pode ser uma forma de clarear objetivos coletivos para guiar a construção do documento.

A partir do diálogo, trocam-se experiências, ampliam-se horizontes, possibilitando, além da compreensão frente a termos, um momento de planejamento de metas construídas pelo coletivo em prol da instituição

escolar. Contudo para que isso se efetive, faz-se necessário transcender questões pessoais e dispor-se a pensar no que poderá ser melhor para o grupo.

Em momentos de diálogo no ambiente escolar, opiniões diversas podem surgir já que, segundo Freire (1996), cada indivíduo traz singularidades específicas de sua história. Contudo, através do debate, da participação dos sujeitos envolvidos pode-se chegar a alguns conceitos comuns. A participação possibilita que os sujeitos colaborem com os pares o que, segundo Luck (2008), pode ocasionar inclusive a satisfação pessoal, pelo fato do indivíduo perceber-se como importante para o grupo. No lado oposto à participação, encontra-se o exercício do poder. Há quem acredite que o envolvimento do grupo na gestão implica na perda de autoridade. Em outras situações, o exercício do poder ocorre

de forma implícita levando os demais a acreditarem ser um processo cultural. Superando administrações verticais, surgem propostas de gestão democrática, possibilitando a participação do coletivo na construção do PPP da instituição escolar.

Pensar uma construção coletiva remete a superar obstáculos. O “eu” precisa ser substituído pelo “nós”; este processo não deve ser encarado como rápido e simples. Para a participação deixar de ser mera teoria, ela precisa ganhar vida nas ações diárias, consolidando-se como gestão democrática. O grupo precisa ter claro seus ideias de educação e seguir unido, superando as dificuldades que, certamente, surgirão no decorrer do processo e tendo o sonho coletivo como possível de ser alcançado.

A crença na mudança é imprescindível para a concretização do sonho coletivo. Através da vivência da participação, o sonho de construção coletiva do PPP pode ocasionar a tão desejada transformação da realidade da instituição escolar e, conseqüentemente, da sociedade.

## Conceituando o Projeto Político Pedagógico

Uma das condições essenciais a toda profissão é a formalização dos saberes necessários à execução das tarefas que lhe são próprias (GAUTHEIR, 1998 p.200).

Ao se iniciar uma discussão, faz-se necessária a reflexão e a clareza diante do que se pretende problematizar. Os termos balizadores do presente trabalho são: Projeto, Político, Pedagógico. A partir de Veiga (1995, p. 13) ,principiam-se as reflexões diante da concepção sobre Projeto: “O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente [...]”.

As colocações de Veiga destacam a questão da significação dos rumos. Construir um projeto implica em definir os objetivos da escola e ações necessárias para alcançá-los. Vasconcellos (2009) aponta o PPP como o plano global da instituição, a sistematização dos ideais, salientando a questão do processo de planejamento participativo, defendendo que o documento precisa estar em constante construção, já que é na caminhada que a instituição constrói a sua identidade. O autor assegura que o desejo de mudança é o ponto de partida do PPP.

Ao projetar metas, indícios de caminhos a seguir podem ser delineados. Sendo a escola uma instituição educacional, sua razão de ser não existiria sem o termo pedagógico, pois são nas ações diárias que a escola efetiva seu papel e consolida-se como educadora:

[...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995, p. 13).

O termo pedagógico é inerente ao trabalho da escola. Veiga (1995) possibilita a reflexão diante do papel pedagógico da escola na formação dos sujeitos. O planejamento e as atividades diárias definem qual o sujeito que a instituição pretende colaborar na formação. O ato pedagógico pode, e muito, auxiliar na formação de cidadãos participativos ou submissos, críticos ou acrílicos, criativos ou meros reprodutores. Diante do papel social da escola, destaca-se a questão da definição de propostas claras para o trabalho pedagógico diário.

O termo pedagógico traz, também, em sua significação, o entendimento do papel

da escola como educadora, como instituição de ensino e aprendizagem. Partindo da ideia de que o ato pedagógico de ensinar não é tão somente o de transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a construção de novos saberes, percebe-se que Freire (1996, p. 25-6) é enfático ao destacar que:

Quem ensina ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo. Verbo que pede um objeto direto - alguma coisa - e um objeto indireto - a alguém. Do ponto de vista democrático em que me situo, mas também do ponto de vista da racionalidade metafísica em que me coloco e de que decorre minha compreensão do homem e da mulher como seres históricos e inacabados e sobre o que se funda a minha inteligência do processo de conhecer, ensinar é algo mais que um verbo transitivo-relativo. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar [...].

Para Paulo Freire, a educação escolar é um processo de ensino e aprendizagem entre sujeitos educativos. Isso porque quem ensina também aprende e o estudante além de aprendente, também pode ensinar. Assim sendo, há de se considerar a necessidade do PPP ser político. Já o termo pedagógico implica em reflexões e direcionamentos sobre o que é ensinar e o que é aprender, pois:

[...] Além disto, a omissão do termo político pode ser um fator de distorção, por induzir ao engano de restringir o projeto a tarefa técnica, da qual somente especialistas profissionais da área, poderiam participar na elaboração, deixando de fora segmentos como alunos e a comunidade. Ser político significa tomar posição nos conflitos presentes na *Polis*, significa, sobretudo a busca do bem comum. Não

deve ser entendido no sentido estrito de uma doutrina ou partido. (VASCONCELLOS, 2009, p. 20).

Vasconcellos (2009) referencia a omissão do termo político como uma forma de negar a participação do coletivo, restringindo a elaboração do documento a profissionais da área pedagógica. Ao considerar o termo político, o PPP perde o sentido de ser construído apenas para fins burocráticos e ganha finalidades sociais. A comunidade passa a ser realmente considerada como integrante da instituição escolar e a realidade em que a escola encontra-se passa a ser considerada. Para tanto, o termo político desvincula-se da ideia de partidarismo e leva o sentido de participação cidadã no coletivo da *pólis* (cidade) e da vida em sociedade.

Padilha (2005) também enfatiza que, ao fazer política na escola, passa-se a conhecer os educandos, suas realidades, carências, necessidades, potencialidades e expectativas. Fazendo política se estabelece o equilíbrio de forças e representatividade dos diversos sujeitos; o coletivo passa a trabalhar na gestão e na definição das questões administrativas, financeiras e pedagógicas. Considerando ainda que essa denotação política pode influenciar nas decisões a nível educacional dos municípios, estados ou federação.

Optou-se, primeiramente, em desvincular os conceitos de Projeto, Político e Pedagógico para iniciarem-se as reflexões, entretanto, conforme destaca Veiga (1995), os termos assumem um caráter indissociável. Na construção de um PPP, faz-se necessária a articulação de termos tanto na construção teórica do documento, quanto na vida que ganha através da prática do que foi delineado. Propõe-se, então, a articulação:

O termo projeto, de origem latina e encontrável em língua portuguesa desde 1680, traduz essa aspiração, posto que etimologicamente 'ação de lançar para

frente'. Do ponto de vista sinonímico, o termo projeto implica aproximações com ideia, plano, intenção, propósito, delineamento. E os adjetivos político e pedagógico, qualificadores do projeto, explicitam-se também pelas suas etimologias: O primeiro, porque político é um ente positivo do termo polis, o qual significa 'cidade', posto que envolve uma comunidade de indivíduos; e pedagógico, dado que sua etimologia se vincula ao sentido de 'condução de criança', desde a cultura grega, mas veio se configurando, a partir da cultura romana, como área do conhecimento consagrada à estruturação, aos princípios e às diretrizes que têm como fim a ação educativa. E seu caráter teórico prático se garante e se expressa pelas dimensões técnica, científica e filosófica. (VEIGA, 2007, p. 13-4).

Veiga (2007) caracteriza a origem dos termos e permite a reflexão acerca da interdependência entre eles, já que o projeto aproxima-se do ato de lançar ideias e propostas. Ligado ao termo político e pedagógico, assume o caráter de envolver a comunidade na ação educativa. Através da definição de termos, percebe-se que a tarefa de construir um PPP não deve ser encarada como simples. Construir um documento que realmente responda às necessidades da comunidade escolar depende do envolvimento e da participação de seus membros. O propósito de uma escola depende de diversos olhares, afinal, ela insere-se em um contexto, e as reflexões do todo são fundamentais nas práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, Libâneo (2006) destaca a proposta de autonomia da escola trazida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº. 9394/1996, que evidencia o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas e organizacionais da escola. Através do PPP, a equipe escolar pode tornar-se coresponsável pelo sucesso

dos estudantes e sua inserção na cidadania crítica, contribuindo para o êxito da instituição como um todo.

Seguindo a linha de pensamento de Libâneo, encontra-se Abreu (1999), ao compreender que a questão dos resultados da aprendizagem dos estudantes está vinculada à possibilidade de a escola definir seu projeto educacional. Somente com a autonomia, a participação da comunidade ganha sentido na escola e o poder de decisão desta pode conduzir aos resultados positivos concretos. A participação política e as descentralizações podem repercutir na melhoria da educação.

Desse modo, Vasconcellos (2009) coloca que é praticamente impossível mudar a prática de sala de aula sem vinculá-la a uma proposta conjunta da escola. Faz-se necessária a leitura da realidade, as concepções de ser humano, de sociedade, de currículo, de planejamento. Para o autor, essas ações dependem de intervenções e interações dos educadores.

Por conseguinte, para Veiga (2007), a construção do PPP vinculada à formação humana significa trilhar caminhos participativos e solidários, visando à construção de uma escola melhor para todos. A autora lembra também que a escola é uma organização viva, que compartilha de uma totalidade social, e seu PPP, também precisa ser vivo e dinâmico, norteando o movimento escolar.

## **As Relações de poder e a construção do Projeto Político Pedagógico**

A escola é um ambiente onde se encontram diferentes indivíduos, com experiências e histórias diversas e isso, muitas vezes, pode acarretar conflitos, mas, através da diversidade, a instituição pode optar pelo crescimento, propondo momentos de discussão e reflexão, visando à construção de um PPP coletivo.

Nesse sentido, encontra-se Luck (2008) com a assertiva de que a participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação e alienação. Para a autora, existe a premissa de eliminação de comportamentos individualistas e ela propõe a construção do espírito de equipe, visando a objetivos sociais e institucionais que podem ser assumidos por todos. A participação pode até mesmo contribuir para a identidade pessoal do sujeito:

Entende-se que a natureza humana básica - sua vocação primeira - consiste na necessidade de a pessoa ser ativa em associação com seus semelhantes, desenvolvendo seu potencial. Isto é, o ser humano se torna uma pessoa e desenvolve sua humanidade na medida em que, pela atuação social, coletivamente compartilhada, canaliza e desenvolve seu potencial ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento da cultura do grupo em que vive, com o qual interage e do qual depende para construir sua identidade pessoal. (LUCK, 2008, p. 61).

Luck (2008) destaca que o ser humano em sua unicidade precisa desenvolver seu próprio potencial e, ao mesmo tempo, tem a necessidade de se sentir útil no grupo do qual faz parte. Sendo assim, o caráter individual da participação, de acordo com a autora, ganha sentido ao repercutir como importante para o grupo, transcendendo, dessa forma, o caráter individualista da participação.

Até então tudo parece simples, entretanto, a simplicidade pode levar ao engano, tratando-se das complexas relações entre os seres humanos. Foucault (1979) possibilita a reflexão diante do exercício do poder, destacando que, para ser aceito ele não é apenas repressivo, ele cria coisas e induz ao prazer, forma saberes e produz discurso. O poder, segundo Foucault, é uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social.

As relações humanas e, em especial, as relações existenciais em uma instituição escolar apresentam-se em constante busca de exercício do poder. Alguns podem sentir prazer em detê-lo e outros podem até mesmo nem perceber que estão fazendo parte de jogos de manipulação. Nessa linha de pensamento, Bourdieu (2001, p. 9) problematiza as relações humanas explicadas como o poder simbólico:

Os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.

Bourdieu (2001) caracteriza o poder simbólico como estruturado, dotado de força social e podendo conduzir ao conformismo. Este leva a posições acrílicas, afinal o contexto é visto como aquele sem perspectivas de mudança. O poder simbólico, segundo Bourdieu, ganha sentido no mundo social, estabelecendo ordens. A escola caracteriza-se como um ambiente social, permeado de relações, nas quais o poder simbólico pode estar presente.

De acordo com Foucault (1979), o poder só existe na ação, não sendo possível definir um titular. Todavia, o poder sempre é exercido numa determinada direção, alguns posicionam-se de um lado, e outros, de outro, não sabendo ao certo quem detém o poder, porém é visível quem não o possui, tornando-se uma relação de forças:

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se

exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força [...]. (FOUCAULT, 1979, p. 175).

Segundo Foucault (1979), o poder ganha vida na ação e caracteriza-se principalmente como uma relação de força. Nas instituições escolares, as relações de força podem materializar-se de forma ideológica, objetivando a manutenção de ideias e ou propostas políticas e pedagógicas.

O exercício do poder, isto é, a expressão de formas de influência entre pessoas e instituições, de modo a determinar o rumo que tomam e as ações que promovem, constitui um fenômeno natural e inerente às interações que ocorrem em qualquer organização social. Portanto, a escola não é uma exceção como contexto desse exercício, e essa influência é inerente ao processo educacional, em vista do que é, em si, um processo político. O exercício de poder se expressa continuamente na construção da cultura escolar como um poderoso mecanismo que visa conformar condutas e homogeneizar maneiras de pensar. (FREITAS *apud* LUCK 2008 p. 100).

A compreensão é de que o exercício do poder, segundo Freitas (2008), é um fenômeno presente nas relações sociais. A escola sendo uma organização social, também vivencia situações que contribuem para a manutenção do sistema e de maneiras de pensar. Ao compreender os mecanismos de poder, a inércia pode ser interpretada como saída mais fácil. Entretanto, quando se opta pela crença na mudança, outras posturas tornam-se necessárias, dentre as quais a participação na construção do PPP merece destaque.

Como destaca Vasconcellos (2009), a participação ou falta de participação dos indivíduos pode ter várias razões, destacando-se:

a falta de oportunidade, ao construir o PPP em gabinete; a participação pode ser possibilitada, mas os sujeitos podem não acreditar na mudança e optam por não efetivar a participação; o indivíduo pode resistir psicológica e naturalmente às novas situações; dificuldades no relacionamento interpessoal também podem desencadear na não participação.

As causas da não participação são inúmeras. Bourdieu (2001) aponta o poder simbólico, já Foucault (1979) traz a satisfação na ação do exercício do poder e as relações de força por ele ocasionadas, enquanto Vasconcellos (2009) elenca situações desde a descrença na mudança até as relações interpessoais. Entretanto, o conformismo leva a manutenção do poder e para combatê-lo faz-se necessária uma nova postura: “É preciso que haja um empenho permanente, esforçado, continuado, perseguição de objetivos. É uma caminhada que encontra obstáculos, resistências: o novo brota do velho, mas não espontaneamente; brota vencendo a resistência do velho...”. (GADOTTI, 1992, p. 90).

A mudança de concepções exige empenho de todos. Sentir-se integrante da escola é, certamente, um grande passo que precisa vir seguido da crença na mudança. A gestão participativa se faz no coletivo. A equipe diretiva da escola assume um importante papel, ao caracterizar seu trabalho a partir da centralização ou descentralização dos processos decisórios da escola. Ao centralizar as decisões, a direção toma para si a responsabilidade que seria do todo, perpassa a imagem de autoritarismo, pois não consulta os demais, apenas dita normas.

O ponto de vista que nos interessa reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico e burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade. (VEIGA, 1995, p. 18).

A relação de administração vertical e hierárquica é enfaticamente criticada por Veiga (1995). A autonomia e a qualidade comprometem-se e, dessa forma, o poder centralizador precisa ser substituído pela sua descentralização, onde os indivíduos coletivamente fazem suas propostas podendo contribuir para o sucesso da escola e, conseqüentemente, para a transformação social.

Luck (2008) destaca que participar implica em compartilhar poder e responsabilidade na tomada de decisões coletivas, enfrentando os desafios. Nessa perspectiva, a participação através do engajamento implica em envolver-se nos processos sociais e agir com empenho e dedicação, visando a promover os resultados desejados:

A participação é uma resposta a um dos anseios mais fundamentais do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Todavia a participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário e não apenas as aparências [...] (VASCONCELLOS, 2009, p. 24-5).

Participar efetivamente e além das aparências é o que nos sinaliza Vasconcellos (2009). A participação só ganha sentido quando realmente é vivida e concretizada na prática. Paro (2001) salienta a participação como processo democrático que se constrói no caminhar, apontando que os obstáculos precisam ser refletidos previamente, e, também, existem as potencialidades que a realidade apresenta para a ação.

Gadotti (1992) e Vasconcellos (2009) referenciam a escola como transformadora social e, partindo da mudança na própria escola, propõe-se uma postura diferenciada da equipe diretiva, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. A partir da descentralização, pode-se promover a gestão coeoperada, permitindo a participação de todos os

indivíduos “da” e “na” escola. Participando e sentindo-se parte da instituição escolar, os indivíduos transformam-se em sujeitos e ao se sentirem sujeitos, lutam para que a escola realmente responda às necessidades da sociedade e não simplesmente sirva como órgão em prol da manutenção do sistema.

O PPP da instituição escolar, ao caracterizar seus ideais, reflete na própria identidade da escola. Isso porque, no processo de construção a participação de toda a comunidade é fundamental para a efetivação das propostas.

A construção da escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção. (LIMA, 2002, p. 42).

Segundo Lima (2002), uma escola democrática só se constrói com a participação. Construir um PPP que realmente responda aos significados dos próprios termos não se concebe sem a participação do coletivo. É nas vozes de toda a comunidade que são expressas as reais necessidades da instituição, a qualidade na educação e transformação social se tornam ideais a serem conquistados.

## **Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico: um fazer possível**

Ao acreditar na educação e na construção coletiva de um PPP escolar, ousa-se sonhar. Através do sonho, as metas lançadas em um projeto assumem o caráter de atingíveis. É na utopia que se encontra a força para concretizar o almejado:

A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe,



mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola. (PARO, 2001, p. 9).

Através das colocações de Paro (2001) algumas reflexões diante da utopia e do sonho fazem-se necessárias. Ao pensar em uma construção coletiva, visando à transformação da realidade escolar, o sonho caracteriza-se como o verdadeiro desejo do grupo. A utopia pode representar a idealização do coletivo, o lugar que ainda não existe, mas com o envolvimento; através do sonho do todo, pode vir a existir. Transcendendo uma visão romântica da educação, vislumbra-se uma escola possível, capaz de vivenciar a participação, através da democracia, possibilitando que os sujeitos vivenciem a cidadania e contribuam na construção de uma escola democrática e de qualidade.

O sonho pode transformar-se em realidade através das ações. Entretanto esse sonhar não traz a ingenuidade imaginária da perfeição. A utopia que move a transformação parece ser a que não nasce da realidade, da consciência, das dificuldades concretas. Projetando, ousa-se sonhar a partir das necessidades, lançam-se as metas e é nesse momento que se fazem necessários os sonhos coletivos, pois é a partir deles que a realidade pode ser transformada.

Nessa linha de pensamento, Paulo Freire (1971) enfatiza a importância do diálogo, destacando que sua vivência é capaz de transformar a realidade. O diálogo é um conteúdo inato da existência humana e ocorre na relação. Através do diálogo, faz-se necessário a transcendência das relações antagônicas, apontando a importância da conscientização

de que é necessário pensar além do individual, assumindo posturas.

O diálogo é imprescindível no sonho que se ousa sonhar: a construção coletiva do PPP institucional depende de momentos de interação, reflexão e debate. Freire (1971) permite também a reflexão diante da neutralidade e nos permite afirmar que sem posturas definidas, os sujeitos não contribuem para a transformação da realidade.

Através de Sacristán (*apud* IMBERNÓN 2000), reafirma-se a ideia de que sem sonho não há educação. O autor destaca a educação como cultura conquistada, entretanto, enfatiza que ela encontra seu sentido mais moderno como projeto, a partir da capacidade de aflorar nos homens e mulheres a capacidade de construir sociedades melhores, vidas melhores, justificando-se em transcender o presente. Ainda, segundo o autor, o porvir só existe com os projetos, enraizados nos ideais do passado e presente. Faz-se necessário o resgate do presente para as reflexões e elaborações que trarão as diretrizes para a instituição.

Almeja-se um PPP alicerçado nas vozes da comunidade escolar, objetivando que a aprendizagem ultrapasse as fronteiras físicas da escola.

A escola deve abrir suas portas e derrubar suas paredes não apenas para que possa entrar o que passa além de seus muros, mas também para misturar-se com a comunidade da qual faz parte. Trata-se “simplesmente”, de romper o monopólio do saber, a posição hegemônica da função socializadora, por parte dos professores, e construir uma comunidade de aprendizagem no próprio contexto. (IMBERNÓN, 2000, p. 95).

Imbernóm (2000) propõe a construção de uma comunidade de aprendizagem através da socialização de saberes, e a escola como espaço de conhecimentos acessível a todos.

Muito além de transcender barreiras físicas, propõe-se a ruptura de preconceitos. Na utopia que se busca, torna-se possível ouvir as vozes da comunidade e com ela aprender, para que o PPP não traga apenas os sonhos de diretores e/ou professores, mas que contemple também o desejo do coletivo.

Construir um PPP é uma tarefa que exige seriedade, estudo, reflexão, diálogo, participação. Sabe-se que a escola enfrenta inúmeras dificuldades, e, também, que uma construção coletiva envolve atritos/conflitos, afinal, cada ser é único e traz sua própria história, mas acredita-se que é na divergência que acontecem as maiores conquistas.

Por isso defendemos a construção do Projeto Político Pedagógico da escola alicerçado na relação pedagógica que se estabelece desde a sala de aula, fundamentada na dialogicidade sensível, crítica, conflitiva, reflexiva, criativa, permanentemente política e transdisciplinar. Dessa forma, possibilitamos aos sujeitos do processo pedagógico espaços de convivência e de descoberta dos caminhos a serem trilhados, para que aprendam não só a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser [...] (PADILHA, 2005, p. 101).

Padilha (2005) reafirma o envolvimento do coletivo na construção do PPP como maneira de que os sujeitos descubram juntos os caminhos da convivência e das ações. Acredita-se em um PPP que ganhe vida no dia a dia da escola, construído e reconstruído na teoria e na prática diária, que ultrapasse a ideia de frases aparentemente bem formuladas, mas redigidas a partir de único olhar e que assuma seu verdadeiro caráter de coletivo e inacabado, até mesmo pelo fato de ser escrito com a contribuição do coletivo, em prol da instituição. Compartilha-se o ideal de uma escola dinâmica, na qual a vida é propulsora das ações. Reafirma-se, então, o caráter do documento como um guia, porém inacabado, vivo e dinâmico.

Objetiva-se um PPP vivo, democrático, o que só é possível ao ultrapassar a barreira da teoria para cumprir exigências. Este documento ganha vida através da prática: “A educação para a democracia, só realizável através de ações educativas e práticas pedagógicas democráticas, conhece na autonomia (individual e coletiva, de alunos e de professores) um elemento decisivo à sua concretização [...]” (LIMA, 2002, p. 83).

Trazer a comunidade para escola e ouvir suas colocações, nem sempre é consenso entre professores e direção. Certamente isso envolve trabalho, desacomodação, mas, de acordo com Paro (2001), a descentralização da autoridade não tira o poder do diretor, mas possibilita a divisão de responsabilidades e, nessa divisão, quem ganha poder é a escola. Com a responsabilidade dividida, somam-se as forças para a transformação da instituição. O coletivo na construção do documento se consolida a partir da gestão democrática, na qual a participação é fundamental:

Participar significa “partilhar com”. É preciso que haja aglutinação, a ação coletiva, que envolve a análise dos problemas escolares, para que a discussão/reflexão não se dilua em casuísmos, perdendo a visão do todo. Nessa perspectiva é preciso literalmente, abrir a escola para a participação da comunidade escolar como um todo: pais, alunos, profissionais da educação e funcionários da instituição. Esse envolvimento com a comunidade, além de se enriquecer com a escuta da polifonia de vozes, pode conseguir diminuir a violência que nela vem adentrando, contribuindo, ainda, para a instauração de uma melhor convivência e solidariedade sociais. (OLIVEIRA, 2005, p. 44).

Segundo Oliveira (2005) é na partilha de ideias com a comunidade que se pode encontrar a solução para alguns problemas da escola, como a violência escolar. A proposta de inclusão do coletivo na construção do PPP

da instituição escolar é um sonho que nasce na crença da almejada transformação da instituição e da sociedade, possíveis a partir de uma educação crítica, séria, que estimule a criatividade e que perceba os indivíduos como sujeitos ativos, participativos e envolvidos neste processo dinâmico de construção.

## Considerações finais

Na construção de um PPP, torna-se indispensável a clareza diante do que esse documento representa. O primeiro passo para esse esclarecimento pode ser a discussão referente aos significados dos termos: Projeto, Político e Pedagógico. Através do diálogo, o grupo define as metas comuns para conduzir a instituição e transcreve-as no documento. Muito além de teorizar os ideais buscados pela instituição, este documento precisa ganhar vida nas ações educativas cotidianas.

O PPP da instituição escolar representa suas formas de pensar e caracteriza sua própria identidade. Construído em gabinete para fins de cumprir exigência, corre-se o risco de perder uma belíssima oportunidade de ouvir as vozes da comunidade, e a escola desejada pelo coletivo, acaba por não ter chance de ser expressa e, conseqüentemente, torna-se difícil sua materialização. A escola “para todos”, transforma-se em “para alguns”.

No contexto escolar, vários fatores podem levar à centralização de decisões. Alguns podem achar mais fácil elaborar o documento em gabinete. Em outros momentos, o grupo, por não acreditar na mudança, pode não se envolver na ação. Entretanto, acreditar na construção coletiva do documento é, primeiramente, assumir a transformação como possível, superando modelos hierárquicos pré-estabelecidos, dispondo-se ao novo. Resistências podem fazer parte do processo, mas com o diálogo e a partilha da responsabilidade, as mudanças podem se efetivar:

Participar implica compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto com uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido de melhoria contínua e transformações necessárias. (LUCK, 2008, p. 44).

Luck (2008) enfatiza a participação como compartilhamento de responsabilidades, tarefa que exige muito empenho. Diante das dificuldades, a opção por cruzar os braços pode ser uma alternativa, entretanto vale ressaltar que essa atitude implica em acreditar que mudar o sistema é muito trabalhoso, desacreditando nos sonhos e nas possibilidades da concretização da escola como transformadora. A utopia faz-se propulsora de um projeto possível, mas, para isso tornar-se realidade, é preciso ousar, unir-se aos demais pelo bem do todo.

Através da participação, ocorre a troca de ideias, de ideais e fortalece-se o espírito de equipe. O engajamento transforma-se em consequência e as metas planejadas ganham vida no cenário escolar. Quando se fala em participação, em coletivo, almeja-se o real envolvimento da comunidade escolar: educadores, educandos, gestores escolares e famílias. Acredita-se que no ecoar de várias vozes, o ideal de escola pode concretizar-se, por isso ousa-se sonhar.

Frases escritas por um indivíduo podem ter elaboração mais fácil, entretanto acabam tirando o brilho de um documento dinâmico, construído a partir do ecoar das vozes da comunidade escolar, para responder aos seus anseios e necessidades e ganhar vida no dia a dia. Essa construção coletiva torna-se possível através da gestão democrática. As dificuldades certamente farão parte do processo, mas não devem ser maiores que o desejo de transformação. Acreditar nesse sonho torna-se imprescindível para que este projeto se concretize na realidade da instituição escolar.

## NOTA

<sup>1</sup> Doravante, será utilizado neste trabalho PPP, para Projeto Político Pedagógico.

## AUTOR

Greicimara Vogt Ferrari - Pedagoga na Pró-Reitoria de Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul- IFRS. Especialista em Supervisão Escolar e Orientação Educacional pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Erechim. E-mail: greicimara.ferrari@ifrs.edu.br.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Mariza. **Organização Nacional na Constituição e na LDB**. Ijuí: Unijuí, 1999.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **Escola Viva, escola projetada**. Campinas: Papyrus, 1992.
- GAUTHEIR, Clermont, et. Al. **Por uma teoria da pedagogia**. Ijuí(RS): Editora UNIJUÍ, 1998.
- IMBERNÓN, Francisco (org). **A educação no século no século XXI: os desafios do futuro imediato**, trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUCK, Heloisa. **A Gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad Editora, 2009.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2007.